

Artigo

Florestan Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência: um debate sobre o Capitalismo Dependente

Itamá Winicius do Nascimento Silva*

Resumo

Diante do centenário de Florestan Fernandes busco, através de uma pesquisa teórica, instigar uma discussão que aproxima este da Teoria Marxista da Dependência. Baseado em Bresser-Pereira, defendo a aproximação entre Fernandes e os teóricos da dependência no tocante à interpretação do capitalismo dependente na América Latina e no Brasil. O resultado dessa pesquisa, mostra a aproximação desses autores em três pontos: a) crítica ao modelo explicativo que busca superar o subdesenvolvimento através do controle nacional das atividades produtivas; b) denúncia da limitação e impotência das burguesias locais; c) e a defesa da construção do socialismo como única alternativa política capaz de superar o subdesenvolvimento. A concordância entre esses pontos, tornam Florestan e os teóricos da dependência diferentes da perspectiva nacional-desenvolvimentista e de intelectuais da sociologia uspiana, transformando-os em membros do que Bresser-Pereira cunhou de interpretação da super-exploração. Dentre os objetivos deste trabalho, destaco o resgate das obras dos teóricos da dependência. Além disso, debater sobre a natureza e a dinâmica do capitalismo dependente tem relevância na compreensão de processos políticos recentes na América Latina no geral e no Brasil em particular. A resistência a mudanças sociais, sejam elas dentro ou contra a ordem, além da aliança entre burguesia local e estrangeira, mostram a atualidade e pertinência em discutir teoricamente o capitalismo dependente.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente. Subdesenvolvimento. América Latina. Brasil.

Florestan Fernandes and Marxism Dependency Theory: a debate about the Dependent Capitalism

Abstract

Facing the centenary of Florestan Fernandes, I try, through theoretical research, to instigate a discussion that brings him closer to the Marxist Dependence Theory. Based on Bresser-Pereira, I defend the approximation between Fernandes and the dependency theorists regarding the interpretation of dependent capitalism in Latin America and Brazil. The result of this research shows the convergence of these authors in three points: a) criticism of the explanatory model that tries to overcome underdevelopment through national control of productive activities; b) denouncing the limitations and impotence of the local bourgeoisie; c) and the defense of the construction of socialism as the only political alternative capable of overcoming underdevelopment. The agreement among these points make Florestan and the dependency theorists different from the national-developmental perspective and intellectuals of Uspian sociology, transforming them into members of what Bresser-

Pereira coined as an interpretation of super-exploitation. Among the objectives of this work, I highlight the rescue of the works of dependency theorists. In addition, debating the nature and dynamics of dependent capitalism is relevant to understanding recent political processes in Latin America in general and in Brazil in particular. Resistance to social changes, whether within or against order, in addition to the alliance between local and foreign bourgeoisie, show the currentness and relevance of discussing dependent capitalism in a theoretical approach.

Keywords: *Dependent Capitalism. Underdevelopment. Latin America. Brazil.*

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPE) e bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nesta introdução, buscarei traçar rapidamente a trajetória de Florestan Fernandes e dos teóricos marxistas da dependência, situando-os dentro de um determinado contexto histórico, social e intelectual. De origem humilde, Fernandes construiu sua carreira acadêmica na Universidade de São Paulo (USP). O filho único de Maria Fernandes, então empregada doméstica, ingressou na USP em 1941 e teve que enfrentar um cenário desafiador. Nesse ambiente ele se formou em Ciências Sociais, conquistando, posteriormente, os títulos de mestre e doutor, passando para a livre-docência em 1953. Fortemente influenciado pelo funcionalismo nos primeiros anos de sua trajetória intelectual, Fernandes produziu inovadoras pesquisas sobre a extinta sociedade tupinambá e buscou construir uma sociologia científica que visasse à interpretação do Brasil. A busca por uma patente científica do conhecimento sociológico, dialoga direta ou indiretamente com as bases ideológicas dos fundadores da USP, que nos debates envolvendo a formação da universidade a definiam da seguinte forma:

A universidade é definida como organismo concatenador da mentalidade nacional, uma vez que nela se formam essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação (LIMONGI, 2001, p. 152).

As pesquisas envolvendo questões raciais, realizadas conjuntamente com o antropólogo Roger Bastide, dão início a uma nova fase da trajetória intelectual de Fernandes. Visando se contrapor às teses da democracia racial, colocada como “a ideia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente” (FERNANDES, 1965, p. 197), o sociólogo paulista colocou a questão racial sob a perspectiva do oprimido sem, contudo, mistificar a senzala. Porém, é a partir do golpe civil-militar de 1964 que ele passa a se preocupar de forma mais intensificada, com a formação do capitalismo no Brasil, aproximando-se de importantes conceitos como o de capitalismo dependente.

Já os teóricos marxistas da dependência (representados aqui por Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini), estão inseridos dentro do chamado Grupo de Brasília. Este grupo se formou sob a liderança de André Gunder Frank, convidado por Darcy Ribeiro, em 1962, para lecionar na recém-fundada Universidade de Brasília (UnB), que tinha uma inovadora estrutura descrita da seguinte forma:

Sua organização estava baseada em departamentos e institutos, ao invés da cátedra e da faculdade, próprias da universidade tradicional; o projeto pedagógico privilegiava o trabalho docente em equipe, a relação ensino-pesquisa e dava estímulo à realização de cursos livres, debates e seminários e à abertura de cursos de pós-graduação (WASSERMAN, 2017, p. 32).

Como podemos observar, existiu um contraste entre Fernandes e esses teóricos no tocante às instituições que fizeram parte. Inserido em uma universidade de modelo tradicional, Florestan se formou enquanto sociólogo militante, tendo que se afastar do que chamou de “conservantismo consequente” (FERNANDES, 1980) e com isso desenvolveu em torno da cadeira de Sociologia I um conjunto de intelectuais que objetivassem superar esse tradicionalismo acadêmico. Sobre a disciplina mencionada, disse Florestan: “A cadeira serviu, em suma, para atingir fins que, na tradição do ensino superior brasileiro, conflitavam com a sua existência. Era como que

uma revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 1980, p. 187). O enfrentamento de tais desafios, não foi experienciado pelos teóricos da dependência.

Segundo Claudia Wasserman (2017), o Grupo de Brasília permaneceu na sombra, assim como outros círculos de leituras em vários estados periféricos do país, enquanto o grupo chamado por ela de “uspiano” conseguiu construir uma hegemonia, mesmo não sendo o único a se reunir com o propósito de estudar e refletir sobre as obras de Karl Marx. Esse grupo foi organizado inicialmente por José Arthur Giannotti e reuniu teóricos como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort, entre outros. Ainda sobre esse Grupo de Marx, reunido na USP, vale ressaltar que Florestan não fez parte dele, seja em sua origem ou desenvolvimento (SOARES, 1997). Esses dois grupos se organizaram e interagiram num contexto intelectual frutífero no país. O Grupo de Brasília e o Grupo de Marx, estavam em contato e disputa com outros como os nacional-desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹ e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros² (ISEB), além dos intelectuais reunidos no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tomando como base a tipologia realizada por Bresser-Pereira (2010), coloco essas disputas sob as seguintes bases: a) a interpretação da contradição nacional-dependente, representada pela CEPAL e ISEB; b) a interpretação da dependência associada, representada por teóricos uspianos como Cardoso; c) e a interpretação da super-exploração, representada pelos teóricos marxistas da dependência.

Cepalinos e isebianos estiveram reunidos no que Bresser-Pereira (2010), chamou de “interpretação da contradição nacional-dependente”. Diferente de cepalinos e isebianos, o grupo formado na USP, além de se concentrar em teoria sociológica (transpondo métodos de pesquisa social para o Brasil), não tinha como fundamento principal a chamada “questão nacional” que movia os desenvolvimentistas. Pelo contrário, “rejeitava a possibilidade de pactos nacionais e não estava interessada em criticar o relacionamento

imperialista entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 24). Mas o grupo uspiano não era homogêneo e, como coloca Bresser-Pereira em nota, Florestan estava mais próximo do grupo de Brasília do que de autores como Cardoso. Sobre essa aproximação, diz Bresser-Pereira:

Florestan Fernandes, o fundador e chefe da Escola de Sociologia de São Paulo, Octávio Ianni e Roberto Schwarz não adotaram a interpretação da dependência associada. Originalmente Florestan Fernandes não era marxista, mas se tornou marxista nos anos 1960 e, como quase sempre acontece com intelectuais republicanos à medida que envelhecem, em seguida ele se radicaliza para a esquerda, identificando-se com a interpretação da super-exploração (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Por fim, a aproximação entre Florestan e o Grupo de Brasília, é a base deste trabalho. Veremos no decorrer dele como esses autores se aproximam no tocante à interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina. Os autores em análise, mesmo não mantendo um diálogo direto, enxergaram no golpe de 1964 “os equívocos teóricos e político-estratégicos das correntes hegemônicas da esquerda brasileira, tanto a reformista do PCB quanto a fração nacionalista, desenvolvimentista e modernizadora do PTB, da Cepal e do Iseb (WASSERMAN, 2017, p. 64). Críticos a esses equívocos, foram capazes de enxergar a limitação das classes dominantes locais e o caminho socialista como o único possível de romper com a dependência.

Noções do capitalismo dependente: Fernandes e os dependentistas

Como mencionado acima, o diálogo entre Fernandes e os teóricos marxistas da dependência, não existiu de forma direta. Ou seja, estamos lidando com um não diálogo. O que existe neste trabalho é uma tentativa teórica de encontrar pontos em que as suas reflexões entrem em consonância. A questão do capitalismo dependente é considerada um possível ponto de diálogo entre esses autores. Como ponto de partida, indago: o que caracteriza

o capitalismo dependente? Como denuncia o termo, o capitalismo dependente significa uma situação particular em que se encontram países considerados subdesenvolvidos. Desta forma,

Pensar o capitalismo dependente como uma forma de capitalismo particular, no seio do sistema mundial capitalista, obrigou a definir os processos que o determinam em sua reprodução, sendo dois fundamentais a superexploração da força de trabalho e o divórcio no ciclo do capital, os quais integrados com o intercâmbio desigual, enquanto denominador comum das diversas formas de inserção da região no sistema mundial, reproduzem não somente os processos antes assinalados, mas o capitalismo dependente enquanto tal (LUCÉ, 2018, p. 7).

Como pontuou Bambirra (2019), a análise da questão da dependência preocupou o que ela chamou de “ciência social oficial”, dando como exemplo os cepalinos. Entretanto, buscando se diferenciar da CEPAL, ela coloca que seus teóricos reproduziram deficiências metodológicas no tocante ao tema, pois buscavam “justificar certo tipo de desenvolvimento, em vez de tentar explicá-lo” (BAMBIRRA, 2019, p. 37). A sua perspectiva da questão da dependência, busca redefinir seu conceito como uma:

categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes (BAMBIRRA, 2019, p. 38).

Feita essa apresentação geral, busco a partir de agora descrever a visão de Fernandes sobre o capitalismo dependente, comparando-a com as reflexões produzidas pelos teóricos da interpretação da super-exploração ou, simplesmente, da Teoria Marxista da Dependência. Assim como outros teóricos vinculados à USP, Florestan também se preocupou em entender os processos sociais, políticos e econômicos em torno da transição do Brasil arcaico/rural para o desenvolvido/urbano. Se formos na nota explicativa da obra *A integração do negro na sociedade de classes*, vamos encontrar claramente esta preocupação de Fernandes no entendimento das questões raciais. Segundo o próprio, as relações raciais se configuram como “um dos

problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1965, p. 6). Até o início da década de 1960 os termos sociedade de classes e capitalismo dependente estavam presentes em sua obra sob a chave da “irracionalidade”, o que gerava a ânsia de que o desenvolvimento pleno da sociedade de classes (ou ordem social competitiva), acabaria levando ao expurgo do subdesenvolvimento. Ou seja, a exageração do desenvolvido/urbano, teria como consequência o enfraquecimento do arcaico/rural. Apenas no fim dessa mesma década é que os termos mudam de sentido e Fernandes passa a utilizá-los, sob a chave da “racionalidade”, concluindo que o sistema social funcionaria estruturalmente através do que Brasil Júnior (2013) chamou de “meia potência”. Essa mudança acarretou em dois pontos que Florestan passou a se debruçar:

Em primeiro lugar, na necessidade de articular, de modo constitutivo, elementos “internos” e “externos” às sociedades, especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito dos dinamismos sócio-econômicos – articulação que também levaria a uma imbricação entre elementos “arcaicos” e “modernos”. Num segundo plano, na requalificação da atuação limitada da burguesia na chave da “racionalidade possível” diante das condições do “capitalismo dependente” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 253).

Essa mudança permitiu a Florestan um maior refinamento de suas análises sobre o capitalismo dependente e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Afinal, muitos desses problemas não estavam ausentes em suas obras anteriores, porém, a partir dessas reflexões ele conseguiu assentar melhor hipóteses como a demora cultural e o dilema social brasileiro. Vale lembrar que, cronologicamente, essas reflexões sobre a natureza do capitalismo dependente ganham força a partir de 1967, ano em que ele escreve o artigo *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Porém, essas ideias estão de forma mais presentes e detalhadas na clássica obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. É nesta obra que ele, seguindo reflexões já realizadas por autores como Caio Prado Júnior, busca analisar as relações entre os elementos “internos” e “externos”, colocando o desenvolvimento da

sociedade brasileira em articulação constante com a expansão do mundo ocidental. Essa articulação seria responsável por gerar “a formação de uma economia “duplamente polarizada”, isto é, destinada a garantir acumulação de capital tanto para as burguesias nacionais quanto para as burguesias dos países “hegemônicos”” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 255). Sobre as diferenças entre países centrais e subdesenvolvidos, Florestan assenta suas formações nos seguintes termos:

Em um extremo, temos uma economia de mercado capitalista que crescia com o excedente econômico transferido ou pilhado de economias coloniais. No outro, deparamos com uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente (FERNANDES, 1975, p. 24-5).

É por esse motivo que as burguesias locais não teriam capacidade de liderar uma revolução democrático-burguesa aos moldes europeus. A sua formação a colocaria numa posição de conciliadora da dualidade arcaico/desenvolvido. Porém, isso não se daria de forma mecânica em Florestan. Pelo contrário, seria fruto de uma dinâmica histórica complexa e contraditória em que essas classes dominantes ora buscam desenvolver a “ordem social competitiva”, ora visam revitalizar heranças de uma “sociedade de castas e estamental”. Essa combinação entre esses dinamismos, implicaria em uma “combinação de elementos “arcaicos” e “modernos”, tornando complexo o quadro geral da mudança social” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 257). O que existe de cabal nesse processo era a impotência dessa burguesia em liderar mudanças sociais que fossem em oposição aos interesses estrangeiros, tornando-a uma “burguesia dependente”, sendo o golpe de 1964 um exemplo desta subserviência. Segundo ele,

Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos (FERNANDES, 1975, p. 77-8).

Essa mudança de tratamento dos termos em Fernandes, passando de uma chave “irracional” para uma “racional”, desemboca em um ceticismo com relação a burguesia como agente social protagonista de mudanças sociais no Brasil; diferenciando-se de cepalinos, isebianos e, por consequência, criando uma aproximação com as teses da interpretação da super-exploração. Esse ceticismo é causado por uma análise histórica e sociológica que constata a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das classes dominantes locais que se tornaram obstáculo para o pleno desenvolvimento da ordem social competitiva. Por essa razão, Florestan cria o conceito de modelo autocrático-burguês para designar a manutenção de privilégios de uma burguesia sem quaisquer pretensões “utópicas” de emancipação, a exemplo dos países europeus. E o golpe de 1964, já mencionado, reforça essa visão no autor. Esse acontecimento histórico serviu para mostrar a natureza desse modelo autocrático-burguês que se caracteriza como “rígida, monolítica e autocrática, anulando ou suprimindo todo o espaço político que não sirva aos interesses econômicos, políticos e sociais das classes dominantes” (FERNANDES, 1979, p. 32). Mas quais as ligações e diferenças dessa noção de capitalismo dependente com os teóricos da Teoria Marxista da Dependência?

A principal diferença é que as análises de Fernandes se debruçam, especificamente, sobre a realidade brasileira enquanto os teóricos da Teoria Marxista da Dependência desenvolvem uma perspectiva latino-americana do mesmo processo. Florestan, inclusive, coloca o Brasil (juntamente com o México) como o país em que se encontra um tipo mais complexo de capitalismo dependente (BRASIL JÚNIOR, 2013). Se tomarmos como base a tipologia das sociedades dependentes, feitas por Bamberger, na obra *O capitalismo dependente latino-americano*, veremos que essa afirmação não está distante do que pensam esses teóricos. No capítulo três desta obra, Bamberger divide a formação das sociedades latino-americanas em dois tipos básicos: a) aqueles que detêm uma estrutura diversificada, “nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em

expansão” (BAMBIRRA, 2019, p. 55); b) aqueles que detêm uma estrutura essencialmente primário-exportadora, “cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais” (BAMBIRRA, 2019, p. 55). Brasil e México estão enquadrados no primeiro grupo, cunhado por ela de “tipo A”, por apresentarem um significativo setor industrial desde o fim do século XIX. A diferença é que as reflexões de Bambirra vão além das realidades brasileiras e mexicanas, incluindo nesta tipologia todos os demais países da região.

Apesar dessa diferença de perspectiva, existem similaridades em outros aspectos. Começando por Bambirra, o seu encontro com Florestan se inicia na constatação de que na América Latina (e em consequência, no Brasil), a relação contínua entre arcaico/desenvolvido é parte estrutural do capitalismo dependente. Sendo assim, o processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas (ou “ordem social competitiva”, segundo Florestan), apesar de formar novas classes sociais como um proletariado crescente, as classes médias e uma burguesia industrial, “o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido” (BAMBIRRA, 2019, p. 69). Em suma, apesar da industrialização existente nessas sociedades, o setor exportador não perdeu força, desenvolvendo desta forma uma burguesia aliada e atrelada aos interesses deste setor. Isso ocorre porque, “embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão” (BAMBIRRA, 2019, p. 77). Essa dependência da burguesia aos setores oligárquicos, vinculados a exportação, impede a realização de uma revolução burguesa na América Latina aos moldes europeus.

Assim como Fernandes e Bambirra, Ruy Mauro Marini advoga da mesma tese como podemos observar neste trecho:

O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese

de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar (MARINI, 2013, p. 55).

Theotônio é outro autor da Teoria Marxista da Dependência que se encontra em consonância com as ideias de Florestan sobre o capitalismo dependente. Assim como o sociólogo paulista, Santos enxergou o capitalismo dependente como um desenvolvimento capitalista particular e condicionado em que sua expansão pode gerar ainda mais dependência. A razão deste processo estaria na “divisão internacional do trabalho, que permite a alguns países o desenvolvimento industrial e o limita em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido” (SANTOS, 1970, p. 125 *apud* WASSERMAN, 2017, p. 126). Outrossim, Fernandes e Santos também entram em conexão com relação a dualidade arcaico/desenvolvido e o imobilismo gerado nas sociedades dependentes. Como podemos observar:

Até o momento, portanto, a integração regional da América Latina não é sinônimo de fortalecimento de sua independência, pelo contrário, significa ampliar o alcance de sua dependência. Curioso jogo dialético entre progresso e atraso! (SANTOS, 2018, p. 50-1).

As aproximações entre Fernandes e Santos, são vistas de forma mais clara em suas interpretações sobre a origem, o desenvolvimento e as expressões do fascismo na América Latina. Por ser caracterizado por um tipo de capitalismo específico, o dependente, as sociedades latino-americanas desenvolveram o fenômeno fascista de modo diverso do visto no modelo clássico europeu. Ao analisar o fascismo, os dois autores acabam trazendo reflexões próximas no tocante a natureza do capitalismo dependente e das classes dominantes locais. Sendo assim, ambos acreditam que sua origem contrarrevolucionária e financiada por forças estrangeiras (especialmente norte-americanas), estão somadas a seu desenvolvimento atrelado e alinhado com as forças políticas liberais e conservadoras locais.

O primeiro ponto de convergência entre esses dois autores, ao tratarem do fascismo, é enxergá-lo como um movimento político atual e com vitalidade. Para Florestan, “O fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa” (FERNANDES, 2015,

p. 33). Pelo contrário, ele perdeu sua pureza, mas permanece vivo e atuante de modo difuso ou mais ou menos abertos. Ao trabalhar a atualidade desse conceito, Theotônio pontua sobre a vitalidade desse fenômeno político que “continua sendo uma tendência ativa dentro do próprio processo de integração capitalista, uma possibilidade que resulta do conflito entre os interesses opostos do processo” (SANTOS, 2018, p. 312). Além do mais, tratando o fascismo de um modo geral, ambos o enxergam como um fenômeno que combate o avanço do movimento socialista e que também se configura por sua ligação direta com as grandes empresas.

Utilizando-se da tecnocratização e militarização do Estado capitalista, Fernandes enxerga o fascismo como um movimento que busca o “uso do poder político estatal para evitar ou impedir a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2015, p. 33); além disso, é representado pelo mesmo como o “braço político armado” das grandes empresas capitalistas, visando a manutenção do “sistema mundial de poder burguês”. Como um movimento nacional, originalmente formado nos países capitalistas que chegaram tardiamente na partilha imperialista do mundo, o fascismo em Santos busca a consolidação de uma unidade nacional que só será possível eliminando forças políticas discordantes como o movimento socialista. Logo, “A consolidação do fascismo no poder exige uma guerra civil que extermine as lideranças proletárias e socialistas” (SANTOS, 2018, p. 309). Através de um terror generalizado, “Exige-se do Estado uma alta eficiência para servir aos objetivos desenvolvimentistas do grande capital” (SANTOS, 2018, p. 87). Desse modo, Fernandes e Santos, ao tratarem da origem do fascismo na América Latina, enxergam a reação contrarrevolucionária como um importante fator de seu surgimento na região.

Na América Latina, Fernandes coloca o fascismo como alinhado as forças conservadoras tradicionais, presentes na região. Inclusive, o autor aponta a existência de uma polarização entre o movimento fascista de inspiração europeia e as forças políticas tradicionais da região, aglutinadas no que ele cunhou de “totalitarismo de classe”. Segundo ele, “o fascismo tinha

de competir com o totalitarismo de classe, um equivalente rudimentar mais eficaz e menos arriscado” (FERNANDES, 2015, p. 49). Diante dessa disputa entre essas forças políticas contrarrevolucionárias, o fascismo surgiria com mais força “quando esse tipo de polarização não pode ser resolvido por ‘acordos entre cavalheiros’ e ‘dentro da ordem’, *civilizadamente!*” (FERNANDES, 2015, p. 48-9, grifos do autor).

Existe uma preferência das classes dominantes locais pelo totalitarismo de classe, sendo este um tipo de dominação mais comum, representando a realidade política “normal” da região. O objetivo desses setores dominantes seria a manutenção das classes populares na inércia e impotência, sendo a mobilização de massas (cultivadas através de um nacionalismo³, pseudossocialismo⁴ e pseudossindicalismo⁵), incentivada pelos movimentos fascistas, a representação de um perigo potencial à manutenção dos privilégios.

Já Theotônio cria o conceito de fascismo dependente para tratar do desenvolvimento desse fenômeno na América Latina. O movimento fascista latino-americano se mostra dependente de forças estrangeiras na sua origem e da classe dominante local no seu desenvolvimento. Outro ponto que une esses dois autores refere-se à expressão fascista na realidade latino-americana que sofre, intrinsecamente, de uma debilidade ideológica. Segundo Florestan, “o baixo nível de autonomia da ordem política impede, em toda a parte, a eclosão das formas extremas do fascismo” (FERNANDES, 2015, p. 36), entretanto, esse mesmo baixo nível de autonomia representa “a raiz da extrema difusão de traços e tendências fascistóides e especificamente fascistas, em diferentes tipos de composições do poder” (FERNANDES, 2015, p. 36).

Santos também constata a limitação ideológica do fascismo dependente. Como produto originário da intervenção estrangeira na região, o fascismo dependente recebe como missão em momentos de intensa radicalização política desencadear o reformismo econômico (garantido a monopolização do capital), reformismo político (burlando a ordem

constitucional) e a repressão (representada por uma contrainsurgência e, se for preciso, a instauração de uma ditadura militar). Sobre o papel dos militares na expressão do fascismo na região, Theotônio afirma que eles foram considerados pelo imperialismo como uma elite da classe média contendo ideais modernizadores. Esses ideais estariam representados pela Doutrina de Segurança Nacional, expressão ideológica do fascismo dependente que busca o alcance dos objetivos traçados acima. Sobre a Doutrina de Segurança Nacional como expressão ideológica debilitada do fascismo dependente, afirma Santos:

A doutrina da “Segurança Nacional” foi a base ideológica que unificou politicamente a maioria dos militares. Seu conteúdo fascista guarda pouca semelhança com o fascismo clássico, porém é muito claro: esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil; a do partido, pelo aparato burocrático nacional militar; em contrapartida, a ideia da repressão da ordem como fatores de desenvolvimento nacional e de uma nação forte é tipicamente fascista. O movimento fascista de base só é necessário para desestabilizar o governo popular que se quer derrotar (SANTOS, 2018, p. 94).

Essa fragilidade ideológica desemboca em características do fascismo dependente como: a) favorecimento do capital internacional, antes do nacional; b) separação entre o movimento fascista de base e o Estado fascista comandado pela elite empresarial, militar e tecnocrática; c) falta de legitimidade ideológica que se expressa em uma interminável repressão que busca substituir pela força a ausência de bases ideológicas mais firmes. Sua ligação umbilical com o imperialismo, torna o fascismo dependente mais defensivo que ofensivo. Para os dois autores, todas as formas de uma maior elaboração teórica e ideológica do fascismo são rapidamente sufocadas pelas classes dominantes locais em aliança com as forças estrangeiras que só se utilizam desse fenômeno em momentos de crise e convulsão social. Por último, os autores também entram em diálogo quando o quesito é propor uma solução ao fascismo dependente e ao capitalismo dependente.

Diferenciando-se das interpretações da dependência associada e da contradição nacional-dependente, Fernandes e Santos propõem o socialismo como o único sistema político, econômico e social que pode romper com esse processo. Ao constatar que o fascismo na América Latina é um fenômeno atual e estrutural, recorrente em momentos de convulsão social, Florestan enxerga que sua aparição pode se tornar ainda mais perigosa no contexto da terceira revolução tecnológica. Tal cenário leva a afirmação de que “o único caminho para salvar-se a autêntica revolução democrática seria o oferecido pelo socialismo puro e convicto – o socialismo que pretende eliminar o Estado através da democracia de toda a população para toda a população” (FERNANDES, 2015, p. 55). Semelhante a Fernandes, Santos debate a questão da luta antifascista. Também enxergando a ascensão do fascismo na região como de âmbito estrutural, ele acredita ser necessário aliar a luta pela democracia com a luta pelo socialismo sendo este o “único sistema capaz de permitir a consolidação das transformações democráticas, anti-imperialistas e antilatifundiárias” (SANTOS, 2018, p 96). Tratando o fascismo como uma solução desesperada e radical do grande capital na manutenção de seus privilégios, Theotônio enxerga as alternativas democrático-burguesas como fracassadas no enfrentamento a esse fenômeno.

As alternativas democrático-burguesas instigam a mobilização das massas visando uma transformação “dentro da ordem”, mas por suas limitações ideológicas não conseguem aprofundar o processo e acabam instigando a contrarrevolução, capitaneada pelo imperialismo e seus aliados locais. Desta forma, a “garantia de vitória contra o fascismo e de abertura de condições para uma ofensiva revolucionária das massas é a independência política organizativa do proletariado, sua consciência socialista” (SANTOS, 2018, p. 97). Para finalizar, o caminho da revolução socialista como único meio de superar o capitalismo dependente, também pode ser visto em Bambirra e Marini. Este último deixa claro tal proposição:

O avanço irrefreável das massas exploradas se orienta inevitavelmente para a substituição do atual sistema de produção por outro que permita a plena expansão das forças produtivas e que resulte numa elevação efetiva nos níveis de trabalho e de consumo, isto é, o sistema socialista (MARINI, 2013, p. 60).

Como podemos perceber, é o socialismo e não o desenvolvimento capitalista autônomo, como propunha as correntes desenvolvimentistas da CEPAL e do ISEB, que seria responsável pela efetiva elevação das forças produtivas. Como exemplo, Marini (2013) coloca Cuba como o país latino-americano que através de uma luta guerrilheira de natureza revolucionária, começou a trilhar uma ruptura com o capitalismo dependente pela única via histórica possível: a socialista. O mesmo raciocínio pode ser visto em Bambirra. Seu diagnóstico sobre o tema é o seguinte:

No plano que se refere ao sistema de exploração, a América Latina se bifurca; suas possibilidades de reunificação devem ser buscadas no plano da oposição popular a este sistema. Ou seja, o capitalismo tende a dividir o continente entre subpotências dominantes e países dominados e apenas o socialismo poderá impedir esse processo e restaurar a unidade continental (BAMBIRRA, 2019, p. 222).

Deste modo, Florestan Fernandes e os teóricos da Teoria Marxista da Dependência se aproximam no tocante à interpretação do capitalismo dependente e sua natureza, assim como das suas consequências, como podemos observar no caso da interpretação do fascismo. A grande diferença se encontra, como vimos, na ótica espacial adotada pelos dois polos em questão. Se Florestan reflete mais sobre a realidade brasileira, trazendo pontuações esporádicas sobre os demais países latino-americanos, a interpretação da super-exploração dará uma maior atenção a dinâmica regional mesmo que também realizem análises sobre seu país de origem. Mas acredito que os autores em questão entram em concordância em três aspectos gerais: a) criticam o modelo explicativo que busca superar o subdesenvolvimento através do controle nacional das atividades produtivas que, supostamente, poderia levar a um desenvolvimento “voltado para dentro”; b) mostram a natureza impotente das burguesias locais, transformando-as em “burguesias dependentes” que por sua formação não

estão aptas a liderarem uma revolução democrático-burguesa, mas sim se encontram alinhadas aos interesses imperialistas; c) colocam o socialismo como a única alternativa política capaz de superar o subdesenvolvimento, rompendo com as amarras da dependência, orquestrada pelos países capitalistas centrais.

Considerações finais

Apesar de tal diálogo não ter existido de forma direta entre os autores, as reflexões realizadas acima mostram que existe uma consonância entre Florestan e o que chamamos de interpretação da super-exploração; confirmando a tese defendida por Bresser-Pereira (2010). O estudo dessa aproximação se faz necessário, diante da permanência das mazelas sociais oriundas do capitalismo dependente e do recente avanço do fascismo na região. O aprofundamento do estudo dos autores trabalhados pode, pois, servir de reflexão do ponto de vista político. A discussão realizada mostrou que, apesar de partirem de caminhos diferentes, os autores aqui trabalhados apresentaram convergências em vários pontos no tocante a interpretação do capitalismo dependente. A primeira convergência pode ser vista na oposição teórica e política que esses autores desenvolveram com as correntes desenvolvimentistas, então dominantes no cenário intelectual dos anos 1950 e 1960. A divergência com essas correntes foi resultado da perspectiva formulada sobre o capitalismo dependente, visto como um tipo específico de capitalismo, alimentado pelas classes dominantes locais em aliança com o capital estrangeiro.

Ao analisar e denunciar a submissão das classes dominantes locais frente aos interesses do imperialismo, sendo uma expressão deste nos países dependentes, Florestan e os dependentistas se distanciaram daqueles que acreditavam na possibilidade de desenvolver autonomamente o capitalismo brasileiro. Além do mais, eles também se diferenciaram das teses oficiais dos comunistas ligados ao PCB, que acreditavam numa revolução democrático-

burguesa como primeira etapa da construção do socialismo, seguindo desta maneira o caso russo. Esses autores também entraram em concordância ao mostrarem o fascismo como uma expressão política presente na América Latina, se desenvolvendo sob apoio e patrocínio não só do capital estrangeiro, como também dos setores liberais e conservadores locais, então preocupados em conter qualquer tipo de mudança social. A revolução socialista imediata, seguindo os moldes cubanos, foi outro ponto de diálogo que reforça a aproximação teórica e política desses intelectuais militantes. O principal resultado colhido deste trabalho é a evidência da aproximação desses autores, fortalecendo a tese da existência da interpretação da super-exploração, nomeada por Bresser-Pereira como uma terceira perspectiva do que conhecemos como teorias da dependência. Esta perspectiva se diferencia tanto dos desenvolvimentistas, quanto dos liberais da dependência associada, corrente liderada por Cardoso.

Por último, do ponto de vista acadêmico, o trabalho contribui para o Pensamento Social Brasileiro e a Sociologia do Desenvolvimento. Ademais, o trabalho visa instigar outros pesquisadores e pesquisadoras a investigarem as aproximações (e também as diferenças), entre Florestan Fernandes e os teóricos da Teoria Marxista da Dependência. As reflexões feitas acima buscam contribuir, mesmo que minimamente, com tal objetivo.

Itamá Winicius do Nascimento Silva é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPE) e bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Contato: itama_winicius@hotmail.com

Artigo recebido em: 06-12-2020
Aprovado em: 29-01-2021

Como citar este texto: SILVA, Itamá Winicius do Nascimento. Florestan Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência: um debate sobre o Capitalismo Dependente. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 06, nº 01, p. 78-97, 2020.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.
- BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n° 66, p. 269-286, 2013.
- BRASIL JÚNIOR, Antonio da Silveira. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus Editora. v. 1, 1965.
- _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **Mudanças sociais no Brasil**. 3.a ed. revista. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- MORAES, Reginaldo. **Celso Furtado** – O subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- NORLING, Erik. **Fascismo Revolucionário**. Lisboa: Contra Corrente, 2013.
- SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência. Florianópolis: Insular, 2018.
- SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

¹ A CEPAL, fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, é um órgão que visa desenvolver mecanismos de cooperação econômica entre seus membros, visando a superação do subdesenvolvimento e de suas mazelas. Seu principal expoente intelectual no Brasil foi o economista Celso Furtado. Sobre o papel da CEPAL e a atuação de Furtado, ler Reginaldo Moraes (1995).

² O ISEB, fundado em 1955 sob vínculo com o Ministério da Educação e Cultura, foi um órgão destinado ao desenvolvimento e divulgação de pesquisas na área das Ciências Sociais, reunindo desta forma uma variedade de intelectuais em suas fileiras. Sobre o papel do ISEB e sua diversidade de pensamento, ler Caio Navarro de Toledo (1977).

³ Como pontua Konder (2009), o fascismo importa conceitos do marxismo com o intuito de domesticá-los, tirando sua originalidade. Isso ocorre, por exemplo, com o conceito de luta de classes. Sobre esse conceito, “Mussolini encarava a luta de classes como um aspecto permanente da existência humana, uma realidade trágica insuperável: o que se precisava fazer era a discipliná-la, e o único agente possível dessa ação disciplinadora teria de ser uma elite de novo tipo, enérgica e disposta a tudo” (KONDER, 2009, p. 32). Desta forma, o fascismo transfere a luta de classes para as nações, dividindo-as entre “nações capitalistas” e “nações proletárias”. Este tipo de nacionalismo agressivo e chauvinista, conectava-se com os interesses das burguesias italianas e alemãs, então retardatárias da partilha imperialista do mundo.

⁴ Sobre o pseudossocialismo fascista, vale lembrar das correntes anticapitalistas de Gregor Strasser, derrotadas violentamente por Adolf Hitler na chamada “Noite das facas longas”. O próprio termo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, aponta para a adoção domesticada do termo socialismo que, no caso, se transforma em um socialismo nacional e tipicamente alemão. Sobre o caráter pseudossocialista das origens do fascismo, ler Norling (2013).

⁵ Por fim, o pseudossindicalismo fascista é visto empiricamente na *Carta del Lavoro* do Partido Nacional Fascista, baseada na valorização do modelo corporativista dos sindicatos, então atrelados aos interesses do Estado. As influências dessas ideias corporativistas, podem ser vistas na América Latina, através da Ação Integralista Brasileira, como bem pontua Bertonha (2013) e Gonçalves (2020).